

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Câmara Municipal de Vereadores de Amaral Ferrador

Rua Simão Barbosa, 654 - Centro - Amaral Ferrador - RS Cep: 96.635-000 Fone/Fax: 51 3670 1144

#### COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

#### PARECER:

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Vereadores de Amaral Ferrador, reunidos em 01 de março de 2021, às 20 horas, na sala das sessões, sob a presidência do Vereado Elisandro de Abreu Gama, presente os Vereadores, Ronivan Fontoura Braga Relator e Moises Essi Secretário, para apreciar. - PROJETO DE LEI Nº 0011/2021- AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, DE FORMA EMERGENCIAL E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, VISANDO A EXECUÇÃO DO PROGRAMA ESTRATÉGIA DA FAMILIA - ESF, POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS - Após o devido estudo do mesmo, a Comissão resolve emitir parecer favorável à sua apreciação.

Sala das sessões, em 01 de março 2021.

thinandus Agama-Ver. Elisandro de Abreu Gama-Pres.

Ver. Ronivan Fontoura Braga – Rel.

Ver Molses Essi – Sec.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Câmara Municipal de Vereadores de Amaral Ferrador

Rua Simão Barbosa, 654 - Centro - Amaral Ferrador - RS Cep: 96.635-000 Fone/Fax: 51 3670 1144

#### COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

#### PARECER:

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Amaral Ferrador, reunida em 01 de março de 2021, às 20 horas, na sala das sessões sob a presidência do Vereador Gilnei Ovicki, presente os vereadores Reginaldo da Silva Vargas relator e Rosileti Silva Vasconcelos secretária, para apreciar - PROJETO DE LEI Nº 0011/2021- AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, DE FORMA EMERGENCIAL E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, VISANDO A EXECUÇÃO DO PROGRAMA ESTRATÉGIA DA FAMILIA - ESF, POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Após o devido estudo do mesmo, a Comissão resolve emitir parecer favorável a sua apreciação.

Sala das sessões, em 01 de março de 2021.

Miles (Jele) Ver. Gilnei Ovicki – Pres.

Ver. Reginaldo da Silva Vargas – Rel.

Verª. Rosileti Silva Vasconcelos – Sec.

CAMARA MUNICIP. DE VEREADORES DE

AMARAL FERRADOR - RS

EMENDA SUPRESSIVA

favoraveis e 03 contravio

Ao Projeto de Lei nº 011/2021.

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, DE FORMA EMERGENCIAL E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, VISANDO A EXECUÇÃO DO PROGRAMA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF, POR TEMPO DETERMINADO.

Redija-se assim o Artigo 1º:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, em caráter emergencial e de excepcional interesse público, pelo prazo de 06 (seis) meses, renovável por igual período, uma vez, em numero de vagas, cargos, carga horária e vencimento mensal a seguir descriminado:

Vagas	Cargo	Carga Horária	Vencimento
02	Médico	40	R\$ 8.600,99
02	Enfermeiro	40	R\$ 3.130,30
01	Odontólogo	40	R\$ 5.615,29
02	Auxiliar de	40	R\$ 1.055,54
	Consultório Dentário		,

# JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente Emenda ao Projeto de Lei acima exposto, tendo em vista a redução de despesas frente às dificuldades financeiras enfrentadas pelo Município, bem como, tendo em vista os prazos de contratações emergenciais por prazo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, descritos na Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993.

Sala das Sessões, 01 de março de 2021.

Vorandor Paginalda da Silva Vorgas

Vereador Konivan Fontoura Braga

Vereador Elisandro de Abreu Gama

Vereador Gilnei Ovicki

Praça Quatro de Maio, 16 Fone: (051) 3670-1800 – CEP: 96.635-000

CAMARA MUNICIP. DE VEREADORES DE AMARAL FERRADOR - RS PROJETO DE LEI Nº 011/2021.

AMPANET CHANDON - NO
APROVADO em <u>2º - 11 / Timos</u>
discussão, em votação, por <u>unamimu</u>
dade.
em of de mores de 2021
Presidente A

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, DE FORMA EMERGENCIAL E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, VISANDO A EXECUÇÃO DO PROGRAMA ESTRATÉGIA DA FAMILIA - ESF, POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NATANIEL SATIRO DO VAL CANDIA, Prefeito Municipal de Amaral Ferrador,

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere o Artigo 53, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, em caráter emergencial e de excepcional interesse público, pelo prazo de 01 (um) ano, renovável por igual período, uma vez, em número de vagas, cargo, carga horária e vencimento mensal a seguir discriminado:

Vagas	Cargo	Carga Horária	Vencimento
02	Médico	40	R\$ 8.600,99
02	Enfermeiro/Enfermeira	40	R\$ 3.130, 30
01	Odontólogo/Odontóloga	40	R\$ 5.615,29
02	Auxiliar de Consultório Dentário	40	R\$ 1.055,54
01	Técnico em Enfermagem	40	R\$ 1.055,54

- Art. 2º O contrato será de natureza administrativa, ficando assegurados aos contratados os direitos previstos no Regime Jurídico dos Servidores, para o cargo.
- Art. 3º A rescisão ocorrerá mediante o término do contrato administrativo, ou a qualquer tempo se não estiverem sendo cumpridas as condições contratuais ou, ainda, pela não mais caracterização da necessidade emergencial.

Parágrafo Único — Em qualquer hipótese, exceto pelo não desempenho das atribuições funcionais do cargo, em caso de rescisão, a parte interessada deverá comunicar formalmente a desistência, em um período anterior de 30 (trinta) dias.



Praça Quatro de Maio, 16 Fone:(051)3670-1800 – CEP: 96.635-000

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

AMARAL FERRADOR, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,

em

NATANIEL SATIRO DO VAL CANDIA Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

JADIR DA SILVA VARGAS, Secretário Municipal de Administração



Praça Quatro de Maio, 16 Fone: (051) 3670-1800 - CEP: 96.635-000

#### **JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente, Senhores Vereadores.

Encaminho-lhes o presente projeto de lei, que versa sobre a contratação, de forma emergencial e de excepcional interesse público, de servidores temporários à execução do Programa Estratégia da Família — ESF, nos cargos e nas quantidades descritas no art. 1º do referido projeto, para fins de atuação nas mais diversas demandas, serviços e procedimentos da Secretaria Municipal de Saúde em prol da população.

As contratações em questão, depois de examinadas e aprovadas por essa Colenda Casa Legislativa, serão realizadas através de processo seletivo simplificado.

Insta dizer, que as contratações postuladas encontram guarida no art. 37, IX da Constituição Federal, que aduz:

Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

Ademais, essas não se encontram vedadas pela Lei Complementar  $n^{\circ}$  173/2020, conforme dispõe o art.  $8^{\circ}$ , inciso IV do referido normativo.

Art. 8° - Na hipótese de que trata o <u>art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000</u>, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

IV - admitir ou contratar pessoal, a qualquer título, <u>ressalvadas</u> as reposições de cargos de chefia, de direção e de assessoramento que não acarretem aumento de despesa, as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, as <u>contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal</u>, as contratações de temporários para prestação de serviço militar e as contratações de alunos de órgãos de formação de militares;



Praça Quatro de Maio, 16 Fone: (051)3670-1800 - CEP: 96.635-000

Portanto, nobres Edis, a presente lei visa dar continuidade aos serviços essenciais e indispensáveis à população, de tal sorte a prevenir e tentar erradicar doenças, patologias, além da atenção voltada à saúde da família.

Por estas justificadas razões, de relevante interesse público, o Executivo espera que os nobres pares deste Poder Legislativo aprovem o presente Projeto de Lei.

AMARAL FERRADOR, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,

em 26 de janeiro de 2021.

NATANIEL SATIRO DO VAL CANDIA

Prefeito Municipal

Parecer Jurídico ao Projeto de Lei nº 011/2021

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo visa "a contratação

temporária, de forma emergencial e de excepcional interesse público de

02 médicos, 02 enfermeiros, 01 odontólogo, 02 auxiliares de consultório dentário e 01 técnico em enfermagem", para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, o qual

passo a analisar, conforme segue:

Inicialmente, cabe observar que o presente projeto tem sua fundamentação na

excepcionalidade da regra constitucional de investidura em cargo ou emprego público, a

qual é plenamente aceitável.

Além disso, em que pese o Projeto atender os requisitos da Lei Complementar

Federal nº 101/2000, haja vista estar acompanhado do impacto orçamentário e a

declaração do ordenador de despesas, conforme preconiza o art. 16 da referida Lei, não

ficou claramente demonstrado a real existência de "necessidade temporária de

excepcional interesse público", conforme preconiza o inciso IX do art. 37 da

Constituição Federal.

Portanto, mostra-se irregular o presente Projeto, uma vez que, ao longo de anos,

é utilizada a contratação excepcional temporária, sem concurso, sob o argumento de que, caso não a promova, advirão prejuízos à prestação de serviços públicos, sendo que

e regra geral, neste caso, exige a realização de concurso público.

Dessa forma, devido ao excepcional interesse público e a relevância do serviço

prestado seria perfeitamente viável a tramitação regular do Projeto, entretanto, o parecer

é contrário uma vez que não ficou claramente demonstrado a real existência de

"necessidade temporária de excepcional interesse público", conforme preconiza o inciso

IX do art. 37 da Constituição Federal.

É o parecer, smj.

Amaral Ferrador, 01 de março de 2021.

JOSÉ RENATO VARGAS DOS SANTOS - OAB/RS 87.392